

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA** (adiante designado por “IPC” ou “Grupo”) que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de _____ euros e um total de património líquido de _____ euros, incluindo um resultado líquido negativo de _____ euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do IPC, em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (“SNC-AP”).

Bases para a opinião com reservas

No âmbito do processo de transição para o SNC-AP, a Entidade manteve registado pela sua quantia escriturada um conjunto de imóveis adquiridos sem contraprestação ou para os quais se desconhece o seu custo de aquisição, não os tendo mensurado pelo seu valor patrimonial tributário ou pelo seu justo valor, conforme prevê a Norma de Contabilidade Pública (“NCP”) 5 e o Manual de Implementação. Por outro lado, encontra-se ainda em curso o processo de inventariação e reconciliação contabilística dos ativos fixos tangíveis afetos à atividade do IPC, situação que limita o nosso pronunciamento em relação aos

subsídios associados a ativos. Neste contexto, não nos foi possível (i) concluir em relação às asserções plenitude e existência da rubrica Ativos fixos tangíveis, (ii) validar as asserções direitos e valorização para alguns ativos da referida rubrica, e ainda (iii) quantificar os impactos destas situações nas rubricas patrimoniais de Ativos Fixos Tangíveis e Património Líquido e nos resultados do período por via das Depreciações e Subsídios reconhecidos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISA") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme divulgado nas notas 0 e 1.2 b) do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo adotou, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, incluindo a correspondente estrutura conceptual, modelos de demonstrações financeiras e Normas de Contabilidade Pública. Consequentemente, com exceção da demonstração dos fluxos de caixa cuja informação comparativa não foi preparada, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018, anteriormente apresentadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação, não são comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os

fluxos de caixa do Grupo de acordo com SNC-AP:

- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que a auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o

objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contábilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contábilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controle interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2019.

O Órgão de Gestão é responsável pela preparação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, com exceção do facto da informação comparativa (2018) não ter sido apresentada, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, xx de xxxxxx de 2020

M. Silva, P. Caiado, P. Ferreira & Associados, SROC, Lda

Representada por

João Paulo Ferreira (ROC)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Em cumprimento do disposto na lei e nos Estatutos e no âmbito do mandato que nos foi confiado, vimos apresentar o nosso Relatório sobre a ação fiscalizadora exercida no **INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA** ("Grupo") e dar Parecer sobre o relatório de gestão e as contas consolidadas, referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2019, que nos foram apresentados.

Acompanhámos as atividades das entidades que compõem o Grupo, especialmente através de análises e verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte. Realizámos também testes e outros procedimentos, com a profundidade julgada necessária.

O Conselho Gestão e os Serviços prestaram-nos os esclarecimentos e informações solicitados.

Analisámos o relatório de gestão consolidado, bem como o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa consolidada e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas, tendo verificado que, com exceção da demonstração dos fluxos de caixa cujos comparativos não foram preparados, foram elaborados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e obedecem aos preceitos legais e estatutários.

Apreciámos também as demonstrações orçamentais consolidadas que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental, e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, tendo concluído que foram preparadas em obediência à NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, com exceção da não apresentação dos comparativos (2018) sempre que aplicável.

A nossa Certificação Legal das Contas Consolidada, que inclui uma reserva e uma ênfase, exprime a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e orçamentais mencionadas, pelo que deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado, tendo em consideração a Certificação Legal das Contas, somos de Parecer que o relatório de gestão consolidado, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações orçamentais consolidadas do **INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA** do ano findo em 31 de dezembro de 2019 merecem aprovação.

Coimbra, 1 de julho de 2020

M. Silva, P. Caiado, P. Ferreira & Associados, SROC, Lda

Representada por

João Paulo Ferreira (ROC)

DRAFT

Balço Consolidado

Instituto Politécnico de Coimbra e Servios de Açoção Social do Instituto Politécnico de Coimbra

Relato de 01-01-2019 a 31-12-2019

Rúbricas	Notas	Ano corrente	Ano anterior
Total Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis		49 532 598,05	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis		260 197,77	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		22 516,92	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes contribuintes e utentes		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		503,39	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
Total Ativo			
Ativo Corrente			
Inventários		12 718,20	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes contribuintes e utentes		6 618 341,99	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber		2 782 758,24	0,00
Diferimentos		305 624,64	0,00
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos		8 429 214,31	0,00
Total Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões		28 497,10	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Total Passivo			

Balço Consolidado

Instituto Politécnico de Coimbra e Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Coimbra

Relato de 01-01-2019 a 31-12-2019

Rúbricas	Notas	Ano corrente	Ano anterior
Passivo Corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		0,00	0,00
Fornecedores		155 176,79	0,00
Adiantamentos de clientes contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		482 987,38	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		9 286,50	0,00
Outras contas a pagar		5 501 418,97	0,00
Diferimentos		8 418 506,44	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Total Património Líquido			
Património Líquido			
Património/Capital		51 542 341,26	0,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas		207 222,15	0,00
Resultados transitados		-7 489 582,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no património líquido		8 689 198,14	0,00
Resultado líquido do período		419 420,78	0,00
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00

Resumo (Rúbricas Agregadoras)	Notas	Ano corrente
Ativo Não Corrente		49 815 816,13
Ativo Corrente		18 148 657,38
Passivo Não Corrente		28 497,10
Passivo Corrente		14 567 376,08
Património Líquido		53 368 600,33

Totais	Notas	Ano corrente
Total Ativo		67 964 473,51
Total Passivo		14 595 873,18
Total Património Líquido		53 368 600,33
Total Património Líquido e Passivo		67 964 473,51

Demonstração dos Resultados por Natureza

Instituto Politécnico de Coimbra e Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Coimbra

Relato de 01-01-2019 a 31-12-2019

Rúbricas	Notas	Ano corrente	Ano anterior
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos		0,00	0,00
Impostos, contribuições e taxas		11 796 056,38	0,00
Vendas		831 286,84	0,00
Prestações de serviços e concessões		1 184 004,36	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos		34 055 122,58	0,00
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-381 611,29	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-5 891 120,79	0,00
Gastos com pessoal		-38 009 830,96	0,00
Transferências e subsídios concedidos		-1 853 984,05	0,00
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-73 245,30	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		925 696,41	0,00
Outros gastos		-274 021,70	0,00
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros		2 701 626,14	0,00
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-2 281 149,91	0,00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		420 476,23	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-1 055,45	0,00
Resultado antes de impostos		419 420,78	0,00
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		419 420,78	0,00

Demonstração das alterações no património líquido

Instituto Politécnico de Coimbra e Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Coimbra

Gerência de 01-01-2019 a 31-12-2019

Rúbrica	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe											Interesses que Não Controlam	Total do Património Líquido
		Capital / Património Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Património Líquido	Resultado Líquido do Período	TOTAL		
Posição no Início do Período		51 542 341,26	0,00	0,00	0,00	207 222,15	-8 093 832,28	0,00	0,00	9 202 930,55	110 933,02	52 969 594,70	0,00	52 969 594,70
Alterações no Período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	604 250,28	0,00	0,00	-513 732,41	-110 933,02	-20 415,15	0,00	-20 415,15
Resultado Líquido do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	419 420,78	419 420,78	0,00	419 420,78
Resultado Integral		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	493 317,26	0,00	0,00	-443 456,28	308 487,76	358 348,74	0,00	358 348,74
Subscrições de capital / património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações com Detentores de Capital no Período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no Fim do Período		51 542 341,26	0,00	0,00	0,00	207 222,15	-7 489 582,00	0,00	0,00	8 689 198,14	419 420,78	53 368 600,33	0,00	53 368 600,33
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-513 732,41	0,00	-513 732,41	0,00	-513 732,41
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	604 250,28	0,00	0,00	0,00	-110 933,02	493 317,26	0,00	493 317,26

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Instituto Politécnico de Coimbra e Serviços de Acção Social

Relato de 01-01-2019 a 31-12-2019

Rúbricas	Notas	Ano corrente	Ano anterior
Recebimentos de clientes		2 540 291,67	0,00
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		32 480 281,19	0,00
Recebimentos de utentes		11 736 229,67	0,00
Pagamentos a fornecedores		-6 619 443,87	0,00
Pagamentos ao pessoal		-33 695 591,15	0,00
Pagamentos a contribuintes / utentes		-1 034 533,22	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-3 214 936,30	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		172 260,00	0,00
Pagamentos de prestações sociais		-4,63	0,00
Caixa gerada pelas operações		2 192 297,99	0,00
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 364 553,36	0,00
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-2 554 706,87	0,00
Pagamentos - Ativos intangíveis		0,00	0,00
Pagamentos - Propriedades de investimento		0,00	0,00
Pagamentos - Investimentos financeiros		0,00	0,00
Pagamentos - Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Recebimentos - Ativos intangíveis		0,00	0,00
Recebimentos - Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Recebimentos - Investimentos financeiros		0,00	0,00
Recebimentos - Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos - Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Recebimentos -Transferências de capital		0,00	0,00
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Recebimentos - Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-2 554 706,87	0,00
Recebimentos - Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Recebimentos - Realizações de capital e de outros instrumentos		0,00	0,00
Recebimentos - Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Recebimentos - Doações		0,00	0,00
Recebimentos - Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos - Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos - Juros e gastos similares		0,00	0,00
Pagamentos - Dividendos		0,00	0,00
Pagamentos - Reduções de capital e de outros instrumentos de		0,00	0,00
Pagamentos - Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-190 153,51	0,00
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Instituto Politécnico de Coimbra e Serviços de Acção Social

Relato de 01-01-2019 a 31-12-2019

Rúbricas	Notas	Ano corrente	Ano anterior
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 619 367,82	0,00
Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de		0,00	0,00
Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de		0,00	0,00
Saldo da gerência anterior (SGA)		8 619 367,82	0,00
SGA De execução orçamental		8 082 243,83	0,00
SGA De operações de tesouraria		537 123,99	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8 429 214,31	0,00
Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		8 429 214,31	0,00
Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
SGS De execução orçamental		7 589 631,60	0,00
SGS De operações de tesouraria		839 582,71	0,00

2192297,99€

2364553,36€

190 153,51

0,00

0,00
0,00

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2019

0. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

As demonstrações financeiras apresentadas, são as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP, pese embora o Decreto-Lei N.º 192/2015 de 11 de setembro previsse a data de 1 de janeiro de 2018 para a data de transição para o novo referencial contabilístico.

A forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados do IPC, encontra-se evidenciada no quadro abaixo (reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP), que sinteticamente incluiu:

- Mensuração de Ativos Fixos Tangíveis, resultante do recálculo das depreciações acumuladas dos bens, face às alterações decorrentes das alterações das taxas e consequentemente as respetivas vidas uteis, que decorrem do novo classificador (CC2) ;
- Mensuração dos subsídios relacionados com ativos no fundo patrimonial, em face das referidas alterações na vida útil dos bens;
- Reclassificação dos programas de computador de Ativos Fixos Tangíveis para Ativos Intangíveis;
- Reclassificação dos subsídios relacionados com ativos, do passivo (diferimentos), para o Fundo Patrimonial (Outras Variações no Fundo Patrimonial).

Rubricas do balanço POC-E (1)	Valores conforme POC-E 31/12/2018 IPC	Valores conforme POC-E 31/12/2018 SAS	Soma	Reconhecimento (3)	Desreconhecimen to (4)	Critério de mensuração (5)	Imparidades / reversões (6)	Outros (7)	Erros (8)	Reclassificações (9)	SNC-AP (10)=(2+...+9)
ATIVO CORRENTE											0,00
Ativos fixos tangíveis	47 702 961,39	6 289 621,73	53 992 583,12			-4 635 346,19				-268 812,90	49 088 424,03
Propriedades de investimento											0,00
Ativos intangíveis										268 812,90	268 812,90
Ativos biológicos											0,00
Investimentos financeiros	22 516,92		22 516,92								22 516,92
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis											0,00
Acionistas/sócios/associados											0,00
Outros ativos financeiros											0,00
Ativos não correntes detidos para venda											0,00
Ativos por impostos diferidos											0,00
SUBTOTAL	47 725 478,31	6 289 621,73	54 015 100,04	0,00	0,00	-4 635 346,19	0,00	0,00	0,00	0,00	49 379 753,85
ATIVO CORRENTE											0,00
Inventários		12 729,19	12 729,19								12 729,19
Ativos biológicos											0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis											0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis obtidos											0,00
Cientes, contribuintes e utentes	7 258 356,04	31 402,46	7 289 758,50								7 289 758,50
Estado e outros entes públicos	41 849,19	540,31	42 389,50								42 389,50
Acionistas/sócios/associados											0,00
Outras contas a receber	2 964 189,54	6 673,42	2 970 862,96								2 970 862,96
Diferimentos	309 483,03		309 483,03								309 483,03
Ativos financeiros detidos para negociação											0,00
Outros ativos financeiros	5 039 254,62		5 039 254,62								5 039 254,62
Caixa e depósitos	1 950 719,44	1 629 393,76	3 580 113,20								3 580 113,20
SUBTOTAL	17 563 851,86	1 680 739,14	19 244 591,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 244 591,00
TOTAL DO ATIVO	65 289 330,17	7 970 360,87	73 259 691,04	0,00	0,00	-4 635 346,19	0,00	0,00	0,00	0,00	68 624 344,85
PATRIMÓNIO LÍQUIDO											0,00
Património/Capital	47 103 393,80	4 438 947,46	51 542 341,26								51 542 341,26
Ações (quotas) próprias											0,00
Outros instrumentos de capital próprio											0,00
Prémios de emissão											0,00
Reservas	207 222,15		207 222,15								207 222,15
Resultados transitados	-4 152 900,82	297 934,80	-3 854 966,02			-4 197 880,67					-8 052 846,69
Ajustamentos em ativos financeiros											0,00
Excedentes de revalorização			0,00			-437 465,52				9 640 396,07	9 202 930,55
Outras variações no património líquido			0,00								0,00
Resultado líquido do período	388 788,47	110 933,02	499 721,49								499 721,49
Dividendos antecipados											0,00
Interesses que não controlam											0,00
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	43 546 503,60	4 847 815,28	48 394 318,88	0,00	0,00	-4 635 346,19	0,00	0,00	0,00	9 640 396,07	53 399 368,76
PASSIVO NÃO CORRENTE											0,00
Provisões	28 497,00		28 497,00								28 497,00
Financiamentos obtidos											0,00
Fornecedores de investimentos											0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego											0,00
Passivos por impostos diferidos											0,00
Outras contas a pagar											0,00
SUBTOTAL	28 497,00	0,00	28 497,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28 497,00
PASSIVO CORRENTE											0,00
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos											0,00
Fornecedores	40 495,91	2 531,41	43 027,32								43 027,32
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes											0,00
Estado e outros entes públicos	367 298,40	7 180,72	374 479,12								374 479,12
Acionistas/sócios/associados											0,00
Financiamentos obtidos											0,00
Fornecedores de investimentos											0,00
Outras contas a pagar	4 975 069,09	166 031,09	5 141 100,18								5 141 100,18
Diferimentos	16 331 466,17	2 946 802,37	19 278 268,54							-9 640 396,07	9 637 872,47
Passivos financeiros detidos para negociação											0,00
Outros passivos financeiros											0,00
SUBTOTAL	21 714 329,57	3 122 545,59	24 836 875,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 640 396,07	15 196 479,09
TOTAL DO PASSIVO	21 742 826,57	3 122 545,59	24 865 372,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 640 396,07	15 224 976,09
TOTAL DO PAT. LÍQUIDO E DO PASSIVO	65 289 330,17	7 970 360,87	73 259 691,04	0,00	0,00	-4 635 346,19	0,00	0,00	0,00	0,00	68 624 344,85

0.1 Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

Na transição para o SNC-AP, foi adotado o seguinte procedimento para efeito de classificação dos bens do imobilizado em histórico: o antigo classificador dos bens CIBE foi classificado no novo classificador dos bens CC2 que, por sua vez, foi enquadrado na correspondente conta patrimonial SNC-AP. De seguida, todos os bens foram reclassificados, sendo que existem bens que foram reclassificados, como é o caso do software, considerado imobilizado corpóreo em POC-E e, agora em SNC-AP, como ativos intangíveis.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

Designação da entidade: Instituto Politécnico de Coimbra

NIF: 600 027 350

Endereço: Rua da Misericórdia, Lagar dos Cortiços

Código da classificação orgânica: 091035900

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Legislação: Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

1.2. REFERENCIAL CONTABILISTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são significativas ou aplicáveis para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Os dados constantes nos diversos mapas que compõem a presente prestação de contas resultam da consolidação da informação da prestação de contas efetuada previamente e de forma individual por cada entidade contabilística do Instituto Politécnico de Coimbra.

Procedeu-se à consolidação das contas das duas entidades, utilizando o método da simples agregação, através da soma linha a linha dos valores constantes nos balanços e nas demonstrações de resultados das diversas entidades.

Após o fecho das respetivas contas, para eliminar os saldos intra-grupo e eliminar as transações de saldos intra-grupo, procedeu-se à realização de ajustamentos extra-contabilísticos com base nos documentos existentes na contabilidade

b) Comparabilidade

Conforme referido na nota 0 acima, as presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com o SNC-AP. Os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018 não foram reexpressos, pelo que não são comparáveis para algumas rubricas das demonstrações financeiras. Esta limitação é contornada com o recurso aos mapas de reconciliação para o balanço de abertura apresentados na mesma nota.

e) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2019 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era a seguinte:

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	Euros	
Caixa		15 534,93
Depósitos à ordem		7 813 679,38
Depósitos à ordem no Tesouro	4 166 639,97	
Depósitos bancários à ordem	2 701 344,03	
Depósitos a prazo	600 000,00	600 000,00
Depósitos consignados		0,00
Depósitos de garantias e cauções		0,00
Total de caixa e depósitos		8 429 214,31

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. BASES DE MENSURAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos baseiam-se no custo histórico

2.2. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações no futuro previsível.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1. ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

b) Métodos de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	2 682 219,83	2 554 117,71	0,00	128 102,12	2 454 891,55	2 298 013,78	0,00	156 877,77
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso	103 320,00			103 320,00	103 320,00			103 320,00
Total	2 785 539,83	2 554 117,71	0,00	231 422,12	2 558 211,55	2 298 013,78	0,00	260 197,77

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na linha “Gastos/reversões de depreciação e amortização” da Demonstração dos Resultados por Natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes variações:

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual	128 102,12	118 020,34	0,00	0,00	0,00	0,00	-88 552,61	0,00	-692,08	156 877,77
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
total	128 102,12	118 020,34	0,00	0,00	0,00	0,00	-88 552,61	0,00	-692,08	156 877,77

i) Ativos intangíveis – adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes adições:

Quadro 3.2A – Ativos intangíveis – adições

RUBRICAS (1)	Adições									
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (6)	Dação em pagamento (7)	Locação financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outras (10)	Total (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual		118 020,34								118 020,34
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ii) Ativos intangíveis – diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram as seguintes adições:

Quadro 3.2B – Ativos intangíveis – diminuições

RUBRICAS (1)	Diminuições				Total (6) = (2) + (3) + (4) + (5)
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Fusão, cisão, reestruturação (4)	Outras (5)	
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação				692,08	692,08
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso					
total					

3.2. OUTRAS DIVULGAÇÕES DE ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Ativos intangíveis materialmente relevantes

Em 31 de dezembro de 2019, o Instituto Politécnico de Coimbra não detinha ativos intangíveis, que, individualmente se apresentam como materialmente relevantes para as demonstrações financeiras.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.3. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, pelas quotas constantes, em conformidade com o Classificador Complementar 2 do SNC-AP.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

a) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) - (3) - (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais				0,00				0,00
Edifícios e outras construções				0,00				0,00
Infraestruturas				0,00				0,00
Património histórico, artístico e cultural				0,00				0,00
Outros bens de domínio público em curso				0,00				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais				0,00				0,00
Edifícios e outras construções				0,00				0,00
Infraestruturas				0,00				0,00
Património histórico, artístico e cultural				0,00				0,00
Ativos fixos em concessão em curso				0,00				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	10 832 620,06	0,00	0,00	10 832 620,06	10 832 620,06	0,00	0,00	10 832 620,06
Edifícios e outras construções	49 505 888,42	17 650 810,81	0,00	31 855 077,61	49 594 537,86	18 575 981,27	0,00	31 018 556,59
Equipamento básico	20 830 500,48	15 710 987,42	0,00	5 119 513,06	20 925 605,07	16 037 831,63	0,00	4 887 773,44
Equipamento de transporte	534 123,42	524 183,06	0,00	9 940,36	540 935,04	527 957,44	0,00	12 977,60
Equipamento administrativo	8 475 595,48	7 784 674,06	0,00	690 921,42	8 090 713,56	7 267 324,15	0,00	823 389,41
Equipamentos biológicos	17 639,99	17 455,79	0,00	184,20	17 639,99	17 506,41	0,00	133,58
Outros	3 693 283,67	3 280 646,45	0,00	412 637,22	4 001 414,12	3 367 676,22	0,00	633 737,90
Ativos fixos tangíveis em curso	163 935,29	0,00	0,00	163 935,29	1 323 409,47	0,00	0,00	1 323 409,47
	94 053 586,81	44 968 757,59	0,00	49 084 829,22	95 326 875,17	45 794 277,12	0,00	49 532 598,05
Total	94 053 586,81	44 968 757,59	0,00	49 084 829,22	95 326 875,17	45 794 277,12	0,00	49 532 598,05

b) Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Outros bens de domínio público em curso										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	10 832 620,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 832 620,06
Edifícios e outras construções	31 701 523,17	88 649,44	0,00	0,00	0,00	0,00	-925 170,46	0,00	0,00	30 865 002,15
Equipamento básico	5 115 274,43	640 367,70	0,00	0,00	0,00	0,00	-871 617,96	0,00	-489,36	4 883 534,81
Equipamento de transporte	9 940,36	6 811,62	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 774,38	0,00	0,00	12 977,60
Equipamento administrativo	708 311,03	424 654,51	0,00	0,00	0,00	0,00	-291 938,28	0,00	-248,24	840 779,02
Equipamentos biológicos	184,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-50,62	0,00	0,00	133,58
Outros	413 679,37	321 146,28	0,00	0,00	0,00	0,00	-100 045,60	0,00	0,00	634 780,05
Ativos fixos tangíveis em curso	1 139 749,82	1 159 474,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 299 224,72
	49 921 282,44	2 641 104,45	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 192 597,30	0,00	-737,60	50 369 051,99
Total	49 921 282,44	2 641 104,45	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 192 597,30	0,00	-737,60	50 369 051,99

c) Ativos fixos tangíveis – adições

Quadro 5.2A – Ativos fixos tangíveis – adições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Adições										Total (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Expropriação (6)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do (7)	Dação em pagamento (8)	Locação financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)	Outras (11)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Outros bens de domínio público em curso											
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											0,00
Edifícios e outras construções		88 649,44									88 649,44
Equipamento básico		640 367,70									640 367,70
Equipamento de transporte		6 811,62									6 811,62
Equipamento administrativo		424 654,51									424 654,51
Equipamentos biológicos		0,00									0,00
Outros		321 146,28									321 146,28
Ativos fixos tangíveis em curso		1 159 474,90									1 159 474,90
	0,00	2 641 104,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 641 104,45
Total	0,00	2 641 104,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 641 104,45

d) Ativos fixos tangíveis – diminuições

Quadro 5.2B – Ativos fixos tangíveis – diminuições

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Diminuições						Total (7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural							
Terrenos e recursos naturais							
Edifícios e outras construções							
Infraestruturas							
Património histórico, artístico e cultural							
Outros bens de domínio público em curso							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos fixos em concessão							
Terrenos e recursos naturais							
Edifícios e outras construções							
Infraestruturas							
Património histórico, artístico e cultural							
Ativos fixos em concessão em curso							
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos fixos em concessão							
Terrenos e recursos naturais							
Edifícios e outras construções							
Equipamento básico					489,36		
Equipamento de transporte					248,24		
Equipamento administrativo							
Equipamentos biológicos							
Outros							
Ativos fixos tangíveis em curso							
	0,00	0,00	0,00	0,00	737,60	0,00	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	737,60	0,00	

Relativamente às Ativos Fixos Tangíveis do IPC e :

- Os AFT estão, na sua maioria, afetos à atividade de Ensino;
- Não existem AFT localizados no estrangeiro;

O registo predial dos seguintes imóveis não foi objeto dos ajustamentos contabilísticos eventualmente necessários por não ter sido possível a obtenção de elementos suficientes para a respetiva realização de forma rigorosa e apropriada.

Descrição do Imóvel	N.º da Matriz	Dados de Registo na Conservatória do Registo Predial
Prédio rústico, situado em Camalhão das Abertas. Área total: 354 483 m ²	6113	1.ª Conservatória. Registo Predial AP. 1574, de 2011/05/09 Causa: adjudicação em operação de emparcelamento
Prédio rústico, situado em Camalhão do Porto de S. Tiago. Área total: 95 840 m ²	6112	AP. 1574, de 2011/05/09 Causa: adjudicação em operação de emparcelamento
Prédio Urbano, situado na Quinta da Nora Área total: 2312 m ² Edifício destinado a equipamento – cantina - serviço social, de rés-do-chão e logradouro.	10 409	Ap. 688, de 2011/08/23 Causa: Usucapião
Prédio Urbano, situado na Quinta da Nora Área total: 46 500 m ² Edifício destinado a serviços, onde funciona a unidade orgânica Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, composto por nove edifícios de rés-do-chão, primeiro, segundo e terceiro andares e logradouro	11 642	Ap. 688, de 2011/08/23 Causa: Usucapião

O seguinte imóvel, é propriedade plena do Instituto Politécnico de Coimbra na parte de ½, conjuntamente com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra foi registado com os seguintes dados:

Descrição do Imóvel	N.º da Matriz	Dados de Registo no Cartório Notarial de Sónia Pereira
Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susp. de Utiliz. Independente Área total do terreno: 15.290,0000 m ² Área de implantação do edifício: 3.977,5000 m ² Área bruta privativa: 12.868,0000 m ² Prédio que se destina a Escola Superior de Enfermagem de Bissaia Barreto e Escola Técnica de Serviço de Saúde de Coimbra	4456 NIP	Escritura Pública lavrada a 26/03/2012 no livro de notas de escrituras diversas n.º 60-A, folhas 148 Direito de propriedade por usucapião

Nos SASIPC, os AFT estão afectos à única actividade dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Coimbra (SASIPC): acção social escolar. A maioria dos bens imóveis encontram-se edificadas em terrenos cuja propriedade não pertencem aos SASIPC. Essa questão da transferência do direito de propriedade encontra-se em preparação e tem-se apresentado

problemática e morosa na medida em que envolve bens de domínio público do estado. Os Serviços já têm em seu poder certidões de teor com referência a alguns imóveis, aguardando-se, porém, a emissão do relatório final global para, posteriormente, efectuar o registo contabilístico. A cedência dos edifícios das cantinas da Escola Superior Agrária de Coimbra, da Escola Superior de Educação de Coimbra e da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira de Hospital não se encontram registados na contabilidade dos Serviços pelo facto dos mesmos fazerem parte integrante do edifício das escolas. A questão do direito de propriedade dos referidos terrenos encontram-se em fase de regularização

6 LOCAÇÕES

Instituto Politécnico de Coimbra
Quadro 6.2 – Locações operacionais – Locatário

BENS LOCADOS (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado						
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Equipamento de transporte - Viaturas	153 193,60	17 724,20		17 724,20				135 469,40	135 469,40	135 469,40
Equipamento Administrativo - Fotocopiadoras	144 682,44	39 989,17		39 989,17			104 693,27		104 693,27	104 693,27
Equipamento Administrativo - Fotocopiadoras	90 793,04	6 674,84		90 793,04						0,00
Equipamento básico - Biométrica	44 722,80	1 336,60		44 710,50						0,00
Total	433 391,88	65 724,81	0,00	193 216,91	0,00	0,00	104 693,27	135 469,40	240 162,67	240 162,67

9 IMPARIDADE DE ATIVOS

9.1. ATIVOS GERADORES DE CAIXA

Quadro 9.1 — Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo (1)	Natureza (2)	Quantia bruta (3)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (3)	Modelo utilizado	
					Justo valor (4)	Valor de uso (5)
2151 - clientes	gerador de caixa	1 507 705,86	1 507 705,86	0,00	0,00	
T O T A L		1 507 705,86	1 507 705,86	0,00	0,00	0,00

10 INVENTÁRIOS

Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos suportados pela entidade, gastos de transporte, manuseamento e outros. Os descontos e abatimentos são deduzidos na determinação dos custos de compra.

Os inventários existentes à data do balanço foram mensurados ao preço de compra, tendo sido utilizando o custo médio ponderado como método de custeio.

a) Quantia registada de inventários

Quadro 10.1 – Inventários

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)= (2)-(3)
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	12 718,20	0,00	12 718,20
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
T O T A L			

Quadro 10.2 – Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9) = (1) + (2) - (3) + (4) - (5) + (6) - (7) + (8)
		Compras liquidadas (2)	Consumos / gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de Inventários (8)	
Mercadorias									
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	12 729,19	381 600,30	381 611,29		0,00	0,00	0,00	0,00	12 718,20
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total									

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

a. Políticas contabilísticas e métodos adotados

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS / ALOJAMENTO – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados.

Os rendimentos de transações com contraprestações são mensurados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, que geralmente é determinado por acordo entre as partes contratantes numa base de independência.

b. Quantia de cada categoria de Rendimentos

As vendas e prestações de serviços mais significativas no exercício de 2019 são:

Quadro 13.1 — Rendimentos com contraprestação

Tipo de Rendimento	Valor
Vendas	831 286,84
Prestação de serviços	1 182 307,36
Imposto, contribuições e taxas	11 795 544,30
TOTAL	13 809 138,50

A prestação de serviços e a venda de bens resultam da atividade desenvolvida no IPC, nomeadamente na prestação de serviços diversos, estudos, pareceres, projetos e consultadoria, protocolos de colaboração, realização de análises patológicas, serviços de enfermagem veterinária entre outros e nos SAS resultam da atividade desenvolvida de exploração das residências universitárias e cantinas. A rubrica “outros” inclui essencialmente rendimentos relacionados com a atividade principal ensino superior, nomeadamente propinas, taxas, aluguer de espaços, etc.

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

a. Políticas contabilísticas e métodos adotados

Os rendimentos de transações obtidos sem contraprestação referem-se às transferências atribuídas pelo Orçamento do Estado (OE) e destinado ao financiamento corrente das operações do IPC e SAS, bem como transferências relativas a projetos de investigação e outros.

15. Provisões. Passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de uma entrada de recursos futuros.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associado gastos que não são possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

À data de 31/12/2019, o IPC tem constituída, em período anterior, uma provisão para processos judiciais em curso no valor de 28.497,10€.

Adicionalmente, encontram-se em curso um conjunto de ações judiciais movidas contra o IPC, maioritariamente administrativos, cujo valor é indeterminável. Razão pela qual não é possível estimar com fiabilidade o montante adequado de uma provisão. Consideramos remota a probabilidade de o Instituto vir a ser responsabilizado, considerando a matéria de facto e atendendo ao histórico dos processos entretanto concluídos.

13. Acontecimentos após a data de relato

No passado mês de março foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação global do novo coronavírus (Covid-19) tendo sido decretado em Portugal o estado de emergência, que, entretanto, foi convertido em estado de calamidade, com um conjunto de consequências designadamente restrições severas à mobilidade das populações e à atividade das empresas e outras instituições, à semelhança do ocorrido num elevado número de países. Esta pandemia terá necessariamente um impacto global negativo na economia em geral, nos mercados financeiros, assim como no desempenho e na atividade dos diferentes agentes económicos. O surgimento desta doença COVID-19, é um acontecimento não ajustável em relação às DF's em 31.12.2019.

Não é possível nesta fase, face à elevada incerteza existente, quantificar o efeito financeiro da pandemia na atividade do IPC-SAS. Apesar dos potenciais impactos da pandemia (COVID-19), entendemos que o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém apropriado.

O IPC está a acompanhar em permanência a evolução da pandemia, tendo implementado um conjunto de medidas de contingência, na sequência das recomendações da Direção Geral de Saúde, com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores, bem como assegurar as operações passíveis de manter.

Não ocorreram outros eventos materialmente relevantes que afetem a situação patrimonial e o equilíbrio financeiro do IPV e que, conseqüentemente, devam ser objeto de ajustamento ou divulgação.

20. Instrumentos Financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade, e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

a) dinheiro

b) um instrumento de capital próprio de outra entidade

c) um direito contratual:

de receber dinheiro ou outro ativo financeiro

de trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente favoráveis

d) um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade e que seja:

- um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar obrigada a receber um número variável de instrumentos de capital próprio da própria entidade
- um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

a) uma obrigação contratual:

de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro

de trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis

b) um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos de capital próprio da própria entidade e que seja:

- um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar obrigada a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio da própria entidade
- um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente de uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

As dívidas de clientes e de outros terceiros, incluindo empréstimos concedidos, encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo) deduzido de eventuais perdas de imparidade.

As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos fluxos de caixa esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

As contas a pagar, encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo).

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os valores em caixa e depósitos bancários são registados ao custo (vide nota 1.3).

Ativos e passivos financeiros	
Cientes contribuintes e utentes	8 126 047,85
Perdas por imparidades acumuladas (vide nota 9)	-1 507 705,86
Outras contas a receber	2 801 573,30
Diferimentos	305 624,64
Caixa e Depósitos (vide nota 1.3)	8 429 214,31
Total	18 154 754,24
Estado e outros entes públicos	482 987,38
Outras contas a pagar	5 684 697,32
Diferimentos	8 418 506,44
Outros passivos financeiros	0,00
Total	14 586 191,14

As outras contas a pagar respeitam essencialmente os montantes reconhecidos em rendimentos a receber no futuro relativos a subsídios de projetos em curso e acréscimo relacionados com o rendimento de propinas de 2019 que serão recebidos em 2020.

As outras contas a pagar são resultantes de encargos com férias de 2019 a pagar em 2020, enquanto os outros passivos financeiros se referem a cauções recebidas dos alunos.

Quanto aos diferimentos ativos e passivos respeitam à aplicação do princípio do acréscimo e estão essencialmente relacionados com gastos com a acreditação de cursos a imputar em períodos futuros e seguros e subsídios recebidos de projetos em curso a reconhecer também como rendimentos de períodos futuros respetivamente.

Apresenta-se no quadro abaixo o Património Líquido e a sua variação de 2018 para 2019:

Património Líquido	31/12/2018	31/12/2019
Património/Capital	51 542 341,26	51 542 341,26
Ações (quotas) próprias	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Prémios de emissão	0,00	0,00
Reservas	207 222,15	207 222,15
Resultados transitados	-3 854 966,02	-7 489 582,00
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00
Outras variações no património líquido	0,00	8 689 198,14
Resultado líquido do período	499 721,49	419 420,78
Dividendos que não controlam	0,00	0,00
Interesses que não controlam	0,00	0,00
Total	48 394 318,88	53 368 600,33

As variações ocorridas no período mais significativas foram:

- a) ajustamento decorrentes da aplicação do SNC-AP, como sejam: reclassificação de subsídio ao investimento (conta 5931) e as alterações na mensuração de Ativos fixos tangíveis;
- b) afetação a rendimentos do subsídio ao investimento;
- c) resultado líquido do exercício.

21. Benefícios dos empregados

Todos os benefícios são reconhecidos no momento em que o serviço é prestado, como um gasto e passivo, pela quantia não descontada dos benefícios dos empregados que se espera pagar em troca deste serviço.

Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Euros

Instituto Politécnico de Coimbra e Serviços de Acção Social

Relato de 01-01-2019 a 31-12-2019

Rubrica RECEBIMENTOS	n	n-1	Rubrica PAGAMENTOS	n	n-1
Saldo de gerência anterior					
Operações orçamentais [1]	8 082 243,83				
Devolução do saldo oper. orçamentais					
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades					
Operações de tesouraria [A]	537 123,99				
Receita corrente			Despesa corrente		
Receita fiscal			Despesas com o pessoal		
R8 - Venda de bens de investimento	150,00		D1 - Despesas com o pessoal		
R9 - Transferências e subsídios de capital	0,00		D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	30 001 786,97	
R9.1 - Transferências de capital	0,00		D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	343 934,06	
R9.1.1 - Administrações Públicas	0,00		D1.3 - Segurança Social	7 450 862,49	
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	0,00		D2 - Aquisição de bens e serviços	6 882 958,68	
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	120 020,38		D3 - Juros e outros encargos	1 148,93	
R9.1.1.3 - Segurança Social	0,00		D4 - Transferências e subsídios correntes	0,00	
R9.1.1.4 - Administração Regional	0,00		D4.1 - Transferências correntes	0,00	
R9.1.1.5 - Administração Local	0,00		D4.1.1 - Administrações Públicas	0,00	
R9.1.2 - Exterior - U E	43 692,09		D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	0,00	
R9.1.3 - Outras	266 872,42		D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	1 720,00	
R9.2 - Subsídios de capital	0,00		D4.1.1.3 - Segurança Social	0,00	
R10 - Outras receitas de capital	0,00		D4.1.1.4 - Administração Regional	0,00	
			D4.1.1.5 - Administração Local	0,00	
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	3 235,80		D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	283 606,64	
			D4.1.3 - Famílias	1 248 903,03	
R12 - Receita com ativos financeiros	0,00		D4.1.4 - Outras	0,00	
R13 - Receita com passivos financeiros	0,00		D4.2 - Subsídios correntes	0,00	
			D5 - Outras despesas correntes	469 533,99	
	0,00				
R1 - Receita Fiscal	0,00		D6 - Aquisição de bens de capital	1 810 884,15	
R1.1 - Impostos diretos	0,00		D7 - Transferência e subsídios de capital	0,00	
R1.2 - Impostos indiretos	0,00		D7.1 - Transferências de capital	0,00	
R2 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00		D7.1.1 - Administrações Públicas	0,00	
R3 - Taxas multas e outras penalidades	11 737 833,92		D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	0,00	
R4 - Rendimentos de propriedade	0,00		D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	30 051,68	
R5 - Transferências e subsídios correntes	0,00		D7.1.1.3 - Segurança Social	0,00	
R5.1 - Transferências correntes	0,00		D7.1.1.4 - Administração Regional	0,00	
R5.1.1 - Administrações Públicas	0,00		D7.1.1.5 - Administração Local	0,00	
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	30 798 502,00		D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	0,00	
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	143 276,14		D7.1.3 - Famílias	0,00	
R5.1.1.3 - Segurança Social	0,00		D7.1.4 - Outras	0,00	
R5.1.1.4 - Administração Regional	0,00		D7.2 - Subsídios de capital	0,00	
R5.1.1.5 - Administração Local	0,00		D8 - Outras despesas de capital	0,00	
R5.1.2 - Exterior - U E	1 828 027,32		D8 - Outras despesas de capital	0,00	
R5.1.3 - Outras	169 478,06				
R5.2 - Subsídios correntes	640 669,53				
R6 - Venda de bens e serviços	2 188 393,10				

Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Euros

Instituto Politécnico de Coimbra e Serviços de Acção Social

Relato de 01-01-2019 a 31-12-2019

Rubrica	RECEBIMENTOS	n	n-1	Rubrica	PAGAMENTOS	n	n-1
R7 - Outras receitas correntes		92 627,63					
RECEITA EFETIVA [2]		48 032 778,39		DESPESA EFETIVA [5]		48 525 390,62	
RECEITA NÃO EFETIVA [3]		0,00		DESPESA NÃO EFETIVA [6]		0,00	
R12 - Receita com ativos financeiros				D9 - Despesa com ativos financeiros			
R13 - Receita com passivos financeiros				D10 - Despesa com passivos financeiros			
Soma [4]=[1]+[2]+[3]		56 115 022,22		Soma [7]=[5]+[6]		48 525 390,62	
Operações de tesouraria [B]		57 528 234,29		Operações de tesouraria [C]		57 225 775,57	
				Saldo para a gestão seguinte			
				Operações orçamentais [8] = [4]-[7]		7 589 631,60	
				- Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		839 582,71	
				Saldo global [2] - [5]		-492 612,23	
				Saldo corrente			
				Saldo de capital Saldo primário			
				Receita total [1] + [2] + [3]		56 115 022,22	
				Despesa total [5] + [6]		48 525 390,62	

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Instituto Politécnico de Coimbra e Serviços de Ação Social

Relato de 01-01-2019 a 31-12-2019

Rubrica LIQUIDAÇÕES		n	n-1	Rubrica OBRIGAÇÕES		n	n-1
Receita corrente				Despesa corrente			
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	619 631,65	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	29 341 440,54	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	490 740,96	0,00
R2	Contribuições p/ sist proteção social e subsistemas de	0,00	0,00	D1.3	Segurança social	7 313 355,76	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	11 207 028,73	0,00	D2	Aquisição de bens e serviços	7 141 195,76	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	D3	Juros e outros encargos	1 148,93	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	30 798 502,00	0,00	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	1 781 517,91	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	470 574,90	0,00	D4.1.3	Famílias	1 290 482,86	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.1.4	Outras	472 780,26	0,00
R6	Venda de bens e serviços	2 221 678,29	0,00	D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	217 277,28	0,00	D5	Outras despesas correntes	475 926,30	0,00
	Receita de capital	0,00	0,00		Despesa de capital	0,00	0,00
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	D6	Aquisição de bens de capital	1 902 007,09	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
R9.1 R9.1.1	Transferências de capital Administrações Públicas	0,00	0,00	D7.1	Transferências de capital Administrações Públicas	0,00	0,00
				D7.1.1			
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	D7.1	Outras	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	1 005 795,96	0,00	D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	D8	Outras despesas de capital	30 051,68	0,00
	Receita efetiva [1]	47 702 375,07	0,00		Despesa efetiva [4]	49 078 761,79	0,00
	Receita não efetiva [2]				Despesa não efetiva [5]		
R12	Receita com ativos financeiros			D9	Despesa com ativos financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros			D10	Despesa com passivos financeiros		
Receita total [3]=[1]+[2]		47 702 375,07		Despesa total [6]=[4]+[5]		49 078 761,79	

2019



**Politécnico
de Coimbra**

RELATÓRIO DE CONTAS

CONSOLIDADO

Conteúdo

1.	Instituto Politécnico de Coimbra – caracterização	2
1.1.	Princípios orientadores	3
1.2.	Missão	5
2.	Estrutura de custos e proveitos e análise das componentes do balanço	6

1. Instituto Politécnico de Coimbra – caracterização

O Instituto Politécnico de Coimbra foi criado em 1979, conforme Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro, no contexto da implementação do ensino politécnico em Portugal. Na sequência desta publicação, em 1988 é nomeado o primeiro Presidente da Comissão Instaladora e criada a unidade orgânica dos Serviços Centrais.

Apesar da sua história recente, herdou a tradição e a experiência das escolas que passaram a integrá-lo, determinantes para que possa afirmar-se, hoje, como um dos maiores institutos politécnicos do país e das instituições de ensino superior público em Portugal.

Em 1995, através do Despacho Normativo n.º 85/95, de 28 de Dezembro são publicados os Estatutos do Instituto Politécnico de Coimbra. Em 2008, na sequência da publicação da Lei n.º 62/2007, de 10 Setembro, foram aprovados e publicados os novos estatutos do Instituto Politécnico de Coimbra através do Despacho Normativo n.º 59-A /2008, de 19 de Novembro.

Atualmente, o IPC é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial. Por sua vez, as escolas que estão integradas no IPC dispõem de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa e disciplinar.

Cabe aos órgãos próprios do IPC e das suas escolas definir os seus objetivos e o seu programa de ensino e de investigação, de acordo com a sua vocação e os recursos disponíveis.

O IPC goza de autonomia financeira, nos termos da lei e dos seus estatutos, gerindo os seus recursos financeiros conforme critérios estabelecidos pelo Conselho Geral e Conselho de Gestão do IPC, incluindo as verbas que lhe são atribuídas no Orçamento de Estado.

Para além dos Serviços da Presidência, o IPC é constituído por 6 unidades orgânicas de ensino: a Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), a Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH), a Escola Superior Tecnologia da Saúde de Coimbra (ESTSC), o Instituto Superior Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC) e o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC). Estas unidades dispõem de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa e disciplinar. Para além das unidades de ensino, o IPC dispõe de mais duas unidades: Serviços de Presidência (SP) e o Instituto de Investigação Aplicada (IIA). O IPC Integra ainda os Serviços de Ação Social, que detêm autonomia administrativa e financeira.

Os SASIPC foram criados em 1993, conforme Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de Abril. No entanto, só em finais de 1996 é que os Serviços se autonomizaram administrativamente, uma vez que, até então, a gestão financeira e administrativa era realizada pelo IPC e a atribuição de

benefícios era feita pelos Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra (SASUC). São pessoa coletiva de direito público, com o nº 600.052.737, e dotados de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Atualmente, os SASIPC constituem uma entidade de apoio ao universo do IPC no âmbito da ação social escolar, desenvolvendo a sua atividade em diversas áreas, como sejam: apoio na atribuição de bolsas de estudo, alimentação, alojamento, saúde, apoio a atividades desportivas e culturais, apoio em material escolar e de reprografia e apoio à inserção na vida ativa. Para o efeito, suporta-se dos seguintes sectores: gabinetes de ação social; apoio técnico; gabinete de psicologia; secretariado e expediente; financeiro, contabilístico e patrimonial; recursos humanos; aprovisionamento; unidades alimentares e de alojamento.

A estrutura organizacional dos SASIPC inclui os seguintes órgãos: Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Conselho de Ação Social (CAS) e Administrador; estando as suas composições e as competências definidas nos artigos 11º, 15 e 16º do Decreto-Lei 129/93, de 22 de Abril. Os SASIPC regulam-se igualmente pela Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e pelo Despacho Normativo nº 59-A/2009, de 19 de Novembro – Estatutos do Instituto Politécnico de Coimbra.

São responsáveis pelos órgãos de gestão dos SASIPC: Presidente do IPC (Professor Doutor Jorge Conde) e o Administrador (Dr. João Lobato), em regime de comissão de serviço.

1.1. Princípios orientadores

O IPC, na conceção e prática dos mecanismos da sua administração, orienta -se por princípios de democraticidade e participação de todos os corpos escolares, tendo em vista:

- a) Favorecer a livre expressão da pluralidade de ideias e opiniões;
- b) Garantir a liberdade de criação cultural, científica, artística e tecnológica;
- c) Assegurar as condições necessárias a uma atitude permanente de inovação científica e pedagógica;
- d) Estimular a participação de todo o pessoal docente, técnico e administrativo, bem como de todos os estudantes nas atividades e na gestão do IPC e das suas unidades orgânicas;
- e) Assegurar a maior transparência em todos os processos decisórios, administrativos, pedagógicos e científicos, através de uma adequada publicitação das decisões e dos seus fundamentos.

A relação entre a presidência do IPC, a tutela e as suas unidades orgânicas de ensino, baseia-se no princípio de que as escolas dispõem de capacidade de decisão e dos instrumentos necessários à concretização dos planos de atividade e orçamento aprovados em sede de Conselho Geral;

A autonomia de gestão deve ser concomitante com o princípio de responsabilização, traduzido na existência de mecanismos de monitorização, regulação e controlo, pelo Presidente do IPC e pelo Conselho Geral, que assegurem o cumprimento das linhas estratégicas, planos de atividades e orçamentos aprovados pelo Conselho Geral do IPC.

1.2. Missão

De acordo com os seus estatutos, o Instituto Politécnico de Coimbra é uma instituição de ensino superior globalmente orientada para a prossecução dos objetivos do ensino politécnico, nomeadamente:

- a) A formação de alunos com elevado nível de exigência qualitativa, nos aspetos humanístico, cultural, científico, artístico, tecnológico e profissional;
- b) A preparação dos seus estudantes para a sua inserção e integração no mundo do trabalho e para um desempenho profissional de sucesso;
- c) A formação de profissionais com competências de resolução de problemas, de trabalho cooperativo e de liderança, desenvolvendo-lhes o compromisso com o comportamento ético e com o respeito pelos outros e pela sociedade, preparando-os para serem cidadãos exigentes, informados, produtivos, responsáveis e ativamente envolvidos no desenvolvimento cultural, educacional, económico, científico, social e político da comunidade;
- d) A realização de atividades de pesquisa e investigação aplicada;
- e) A prestação de serviços à comunidade, tendo em vista a transferência de conhecimentos para a comunidade e a valorização recíproca;
- f) O intercâmbio com instituições, nacionais, estrangeiras e internacionais;
- g) A contribuição, no seu âmbito de atividades, para a cooperação internacional e para o encontro entre povos e comunidades;
- h) A criação de um ambiente de debate e de troca aberta de ideias, onde a criatividade, a descoberta e o desenvolvimento pessoal e social de todos os seus membros possa ocorrer.

São atribuições do IPC, no âmbito da vocação própria do subsistema politécnico:

- a) A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei;
- b) A criação do ambiente educativo apropriado às suas finalidades;
- c) A realização de investigação e o apoio e participação em instituições científicas;
- d) A transferência e valorização económica e social do conhecimento científico e tecnológico;
- e) A realização de ações de formação profissional e de atualização de conhecimentos;

- f) A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento;
- g) A cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras;
- h) A contribuição, no seu âmbito de atividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de língua portuguesa e os países europeus;
- i) A produção e difusão do conhecimento e da cultura.

Ao IPC compete, ainda, nos termos da lei, a concessão de equivalências e o reconhecimento de graus e habilitações académicos.

Embora centrado na missão principal de ensino, o IPC procura incrementar a interligação com o meio empresarial através de modalidades diversas, designadamente pela implementação de projetos de investigação e desenvolvimento aplicados, pela associação com instituições sem fins lucrativos que visem atividades de I&D e de desenvolvimento regional, nacionais ou internacionais. Tal interligação estabelece-se, ainda, através de protocolos conducentes, quer à realização de estágios curriculares e profissionais para os seus estudantes, quer ao desenvolvimento de projetos por parte destes.

2. Estrutura de gastos e rendimentos e análise das componentes do balanço

Em 2019 os gastos consolidados do IPC e SAS totalizaram 48.766.019,45 €. Os gastos operacionais foram 48.764.964,00 €; os gastos financeiros atingiram os 1.055,45€.

Os gastos com pessoal representam o principal custo do IPC – 78% do total dos gastos.

Os fornecimentos e serviços externos são a segunda categoria de custos mais importante, representando 12% do total de custos no IPC. As amortizações, com peso relativo de 5%, são a terceira categoria de custos com maior peso relativo. As restantes categorias assumem um peso residual, representando no conjunto 5% dos gastos totais.

Relativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento dos gastos totais do IPC de 1% com origem essencialmente em: fornecimentos e serviços externos e pessoal.

Os rendimentos totais do exercício ascenderam a 48.792.166,57 €, que totalizam também os rendimentos operacionais. Relativamente ao exercício anterior, verificou-se uma variação positiva de 1% nos rendimentos totais, resultante essencialmente de aumento de: vendas e transferências e subsídios correntes obtidos (dotação de “OE”).

No que diz respeito aos rendimentos, as transferências correntes, onde se incluem as transferências de orçamento de Estado, são a categoria com maior peso no total de rendimentos (69,8%), seguindo-se: os impostos, contribuições e taxas (24,18%), as vendas de bens e prestações de serviços (4,13%). As restantes categorias assumem um peso residual nos rendimentos operacionais (1,9%).

Os resultados operacionais consolidados, totalizam o valor positivo de 420.476,23€, os resultados líquidos consolidados do período foram positivos de 419.420,78 €.

Quanto ao balanço, as principais variações resultam da alteração do normativo contabilístico. As presentes demonstrações financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com o SNC-AP, não tendo os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018 sido reexpressos, o que condiciona a comparabilidade para algumas, limitação que é contornada com o recurso aos mapas de reconciliação para o balanço de abertura apresentados na mesma nota.

o ativo não corrente e o ativo corrente apresentam um peso relativo no ativo total de 73,30% e 26,70%, respetivamente. No total do passivo e património líquido, o património líquido é a maior fatia representando cerca 78,52 % do total.